

## DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

O Presente documento trata da Dispensa de Chamamento Público para a formalização de Termo de Colaboração com as Organizações da Sociedade Civil – OSC's, que prestam serviços socioassistenciais no Município de Itu/SP, para consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS – ITU/SP**, dotações orçamentárias, cujos termos serão definidos nos respectivos processos administrativos de celebração de parceria.

### JUSTIFICATIVA

**Considerando** o Edital de Credenciamento nº02/2020 para celebração de parcerias com o Terceiro Setor mediante Dispensa de Chamamento Público.

**Considerando** a necessidade da oferta continuada de serviços socioassistenciais, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público;

**Considerando** que a oferta dos serviços socioassistenciais pode ser executada em parceria com as organizações da sociedade civil;

**Considerando** o exposto no Inciso VI do art.30 da Lei Federal 13.019/2014, que estabelece: *“a administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política”*;

**Considerando** a Resolução nº 21/2016, que estabelece requisitos para celebração de parcerias, conforme a Lei nº 13.019/2014, entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações de assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.;

**Considerando** que as entidades/organizações para compor a rede socioassistencial, têm como requisito mínimo o registro no **Conselho Municipal de Assistência Social do Município - CMAS**, órgão gestor da respectiva política;

**Considerando** que as entidades/organizações que serão cofinanciadas encontram-se cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS.

**Considerando** o Art. 3º do Decreto Federal nº 6.308/2007, *“As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social... para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742/1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações, independentemente do recebimento ou não de recursos públicos”*.

**Considerando** que as entidades/organizações que receberão cofinanciamento, atuam no município para execução dos serviços socioassistenciais devidamente tipificados conforme **Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**, além de terem estabelecidos vínculos com os usuários e a rede local de cada território.

**Considerando** que o objeto do plano de trabalho é a execução de serviços sócioassistenciais regulamentados.

**Considerando** que as entidades/organizações a serem cofinanciadas fazem parte da Rede de Proteção Social, nos serviços socioassistenciais da Rede Indireta, do PMASWeb ( PMAS 2018/2021 – Plano Municipal de Assistência Social), onde é expressamente identificado o valor e os serviços de cada uma delas, bem como, a Fonte do Recurso.

**Considerando** a Lei nº2110/2019, em art. 14º *“Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas às seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo”*:

**Considerando** que em atendimento ao disposto no art. 8º, inciso V da Lei Orgânica do Município, a Câmara de Vereadores da Estância Turística de Itu autorizou, sancionou e promulgou **Lei Municipal nº 1.327, de 07 de abril de 2011**, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social, em seu art.13 e § único, define que *“o repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social”, e “as transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social”*.

**Considerando** que a descontinuidade das ofertas dos serviços sócioassistenciais pelas entidades/organizações abaixo descritas, apresentaria dano a integridade dos usuários dos serviços por elas ofertados.

**Considerando** as Resoluções CMAS nº. 22/2019 e nº02/2020 que deliberam quanto ao repasse e transferência de Recursos Estadual para as Entidades devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social.

Por fim, em relação ao instrumento jurídico, cumpre ressaltar o art. 16º, da Lei nº 13.204/2014: *“O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolva a transferência de recursos financeiros”, e o art. 29º da Instrução 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, “As transferências voluntárias a organizações da sociedade civil com classificação econômica de subvenções, auxílios e contribuições, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, serão realizadas exclusivamente mediante formalização de termo de colaboração ou termo de fomento.*

Mediante as considerações expostas e o amparo de amplo dispositivo legal subsidiário, a Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social, dispensa de chamamento público às seguintes entidades, inscritas e credenciadas no **Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS**, nos valores previstos abaixo e em seus respectivos Planos de Trabalhos:

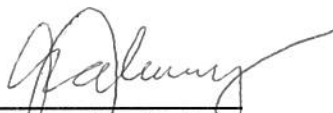
ENTIDADE	CNPJ	PERIODO DE VIGENCIA	VALOR/FONTE DO COFINANCIAMENTO	TOTAL	P.A
			ESTADUAL		
Albergue Noturno de Itu	50.234.780/0001-02	Abril Dezembro de 2020	48.000,00	48.000,00	7647/2020
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	50.234.509/0001-77	Abril Dezembro de 2020	40.202,40	40.202,40	7643/2020
Associação Amigos dos Autistas - AMAI	67.357.178/0001-65	Abril Dezembro de 2020	36.000,00	36.000,00	7646/2020
A.I.A.D.V. "Escola de Cegos Santa Luzia"	50.810.993/0001-35	Abril Dezembro de 2020	48.000,00	48.000,00	7642/2020
Irmandade do Lar N.Srª da Candelária de Itu	50.234.517/0001-13	Abril Dezembro de 2020	53.760,00	53.760,00	7644/2020
Associação da Vila S. Vicente de Paulo	45.466.174/0001-82	Abril Dezembro de 2020	51.000,00	51.000,00	7649/2020
Entidade Social Casa de Emaus	03.609.075/0001-62	Abril Dezembro de 2020	48.759,23	48.759,23	7648/2020
Centro de Apoio e Valorização à Infância - CAVI	05.284.044/001-04	Abril Dezembro de 2020	44.400,00	44.400,00	7651/2020
Centro de Apoio a Infância - CEAPI	57.048.571/0001-13	Abril Dezembro de 2020	30.000,00	30.000,00	7645/2020
Associação de Instrução Popular e Beneficência (mantenedora)	50.228.097/0001-62	Abril Dezembro de 2020	40.174,80	40.174,80	7641/2020
Centro Promocional Madre Teodora (serviço cofinanciado)	50.228.097/0031-88				
		<b>TOTAL</b>	<b>440.296,43</b>	<b>440.296,43</b>	

Para a efetivação da celebração do Termo de Colaboração, as Organizações da Sociedade Civil – OSC elegíveis deverão apresentar a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria, toda a documentação exigida pelo art. 34º da Lei Federal 13.019/2014 e do Art.14º da Lei Municipal nº 1993/2018, naquilo em que for complementar.

Assim, diante do Tudo Exposto, submeto esta **Justificativa de Dispensa de Chamamento Público** e respectivos Extratos para a celebração de Termo de Colaboração, ao departamento de Consultoria Jurídica que, após a análise das parcerias pretendidas e emissão dos pareceres conclusivos, tramitará no Gabinete do Prefeito para que seja ratificada com imediata autorização e encaminhamento à Diretoria de Comunicação para a publicação do referido Extrato no site da Prefeitura Municipal de Itu, pelo período de 5 (cinco) dias, em observância ao art.32º, §1º e §2º, da Lei 13.019/2014.

Toda a documentação pertinente aos processos encontram-se disponíveis para consulta junto aos respectivos Processos Administrativos. Após, remeta-se o processo a Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, para as demais providências.

Itu, 23 de abril de 2020.



**Cesar Benedito Calixto**  
Secretário Municipal de Promoção e  
Desenvolvimento Social